

Síntese das
Orientações e Normas para os
Planos de Ação Nacionais para o Elefante
(PANE)

(da Versão 2.1)

Este documento é um resumo das Orientações e Normas para os Planos de Ação Nacionais para o Elefante (V2.1) preparado por Simon Hedges.

Ao desenvolver um PANE, a versão integral deve ser utilizada como documento de referência , já que fornece orientações, normas e informações aprofundadas.

Conteúdos

1. Introdução	2
2. O que são Planos de Ação Nacionais para o Elefante (PANEs)?.....	3
3. Preparação dos PANEs	4
4. Estrutura e conteúdo do PANE	5
Anexo 1: Exemplo de formato para um quadro de síntese dos alvos, objectivos, ações e visão	8
Anexo 2: Exemplo de quadro lógico para ações e indicadores.....	8

1. Introdução

O Plano de Ação para o Elefante Africano (PAEA) foi adoptado por todos os Estados da área de distribuição do elefante em Março de 2010 na 15a Conferência das Partes da CITES¹. O plano foi desenvolvido através de um processo de consulta, facilitado por IUCN e o secretariado da CITES. Os objectivos do Plano de Ação para o Elefante Africano (2010) foram acordados como sendo:

- 1) Reduzir o abate ilegal de elefantes e o comércio ilegal de produtos de elefantes;
- 2) Manter os habitats dos elefantes e restaurar a conectividade;
- 3) Reduzir os conflitos entre os seres humanos e os elefantes (HEC);
- 4) Aumentar a consciencialização sobre a conservação dos elefantes e a gestão dos actores principais, incluindo os responsáveis políticos e as comunidades locais entre outros grupos de interesse;
- 5) Reforçar o conhecimento dos Estados da área de distribuição sobre a gestão do elefante africano;
- 6) Reforçar a cooperação e a compreensão entre os Estados da área de distribuição do elefante africano;
- 7) Melhorar a cooperação e a colaboração das comunidades locais sobre a conservação dos elefantes africanos; e
- 8) Garantir que o plano para o elefante africano é efectivamente implementado.

Os Planos de Ação Nacionais para o Elefante (PANEs) são meios para Estados individuais da área de distribuição de fornecer uma estratégia clara para atingir os objectivos dos PAEA. PANEs são ferramentas práticas para os Estados da área de distribuição para identificar e priorizar as ações a serem implementadas para proteger os seus elefantes. E, acima de tudo, PANEs fornecem um quadro através do qual apoio financeiro e técnico, fornecido por Stop Ivory e outros membros da EPI, pode ser aplicado para implementar a “Elephant Protection Initiative” (EPI).

¹ https://cmsdata.iucn.org/downloads/e15i_68.pdf.

A “Elephant Protection Initiative” (EPI) foi criada com o objectivo principal de apoiar a implementação integral e rápida do PAEA. A EPI, lançada em 2014 durante a conferência IWT de Londres pelos governos do Botsuana, do Chade, da Etiópia, do Gabão e da Tansânia, reconhece que os Estados da área de distribuição precisam dum apoio financeiro e técnico urgente e sustentável: para lutar contra a caça furtiva no campo; para reforçar e fazer cumprir as leis nacionais para a proteção dos elefantes e a prevenção do tráfico; para entregar partilha de informação regional e internacional e esforços de aplicação da lei; para salvaguardar os habitats; e para apoiar as comunidades que vivem junto aos elefantes, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de meios de subsistência sustentáveis e à diminuição do conflito entre os seres humanos e os elefantes.

Para responder a esta necessidade, a EPI visa se empenhar com os estados da área de distribuição, os estados parceiros, as ONGs, OIGs, cidadãos particulares e o sector privado para trabalhar em parceria para fornecer financiamento imediato e a longo prazo para lidar com a crise dos elefantes através duma implementação integral e rápida do Plano de Ação para o Elefante Africano. Isto será realizado acessando apoio publico e privado através da criação dum fundo a longo prazo.

Para receber apoio financeiro e técnico da EPI, o Estado da área de distribuição do elefante africano que se compromete com a EPI precisa de ter um Plano de Ação Nacional para o Elefante (PANE) já que este é o quadro para actividades para as quais podem se candidatar para obter apoio financeiro e técnico. Um dos alvos de um PANE é fornecer fundos tanto imediatos como a longo prazo para lidar com a crise dos elefantes enquanto fornecendo também normas minimas e protocolos de monitoramento para projectos financiados através da EPI.

Muitos Estados da área de distribuição do elefante africano já têm planos de ação e estratégias para o elefante. Neste caso, um PANE deve utilizar integralmente os planos existentes (se estes atenderem os requisitos dos Estados), os quais podem ser actualizados para incluir qualquer secção adicional do PANE incluindo as propostas de projectos em anexo.

2. O que são os Planos de Ação Nacionais para o Elefante (PANEs)?

Os Planos de Ação Nacionais para o Elefante (PANEs):

- São meios para Estados individuais da área de distribuição de fornecer uma estratégia clara para atingir os objectivos do PAEA.
- São meios para Estados da área de distribuição de identificar e priorizar as ações a serem implementadas, para proteger os seus elefantes.
- Fornecem um quadro através do qual apoio financeiro e técnico, fornecido por Stop Ivory e outros membros da EPI, pode ser aplicado para implementar a EPI.
- São meios de permitir que os financiadores alinhem com as estratégias e ações do Governo.

Um PANE deve:

- Alinhar com o Plano de Ação para o Elefante Africano (PAEA);
- Ser para ao menos um periodo de 10 anos;
- Ser um instrumento prático para uma gestão adaptativa;
- Identificar as ações imediatas para financiamentos urgentes;

- Identificar ações de longo prazo;
- Ser “SMART” (i.e. Específico, Mensurável, Alcançável, Realista e Calendarizado); e
- Finalmente conter uma série de actividades e propostas orçamentadas como Anexos (“Propostas de projectos”) que executam as prioridades do PANE, que podem formar pedidos de propostas de financiamento.

Um princípio fundamental que rege a preparação dos PANEs é que não é preciso “inventar novamente a roda”. Qualquer PANE preparado por um Estado da área de distribuição deve utilizar plenamente os planos de ação e estratégias para o elefante já existentes, incluindo os Planos de Ação Nacionais para o Marfim (PANMs) exigidos a alguns Estados da área de distribuição pela CITES assim como os PAEA.

3. Preparação dos PANEs

O desenvolvimento de um PANE deve ser tão simples, rápido, de baixo custo e flexível quanto possível, e deve utilizar plenamente planos e estratégias já existentes, se as autoridades da área de distribuição assim o entenderem. Um PANE deve ser um documento conciso com um máximo de 50 páginas, mais anexos. O processo proposto para o desenvolvimento de um PANE é o seguinte e as etapas 1-5 podem ser concluídas dentro de um prazo de 3 meses.

Etapa 1: Preparação para o desenvolvimento de um PANE

O Estado da área de distribuição precisará determinar qual é o melhor dispositivo para escrever o PANE. A recolha e análise de estratégias governamentais existentes ajudará a identificar os passos exigidos para desenvolver o PANE, seja preciso elaborar o PANE do zero ou actualizar um documento existente. Um plano de trabalho para o desenvolvimento do PANE deve ser estabelecido, e os actores principais e os redactores líderes devem ser identificados.

Etapa 2: Organizar um seminário participativo

Um seminário participativo pode ser organizado com os objectivos seguintes: identificar e priorizar as ações para a conservação dos elefantes; detalhar as principais actividades; e esboçar os projetos para os anexos. O maior número possível de partes interessadas que terão a maior probabilidade de se envolverem na realização do PANE (incluindo através a gestão do habitat ou do povoamento, o desenvolvimento das capacidades, a pesquisa, o desenvolvimento das políticas, a angariação de fundos, ou outros meios) deve participar no processo do seminário. Os participantes podem incluir as autoridades responsáveis pela vida selvagem (muitas vezes de ambos níveis nacional e local), administradores das áreas protegidas, especialistas das espécies, membros das comunidades locais, políticos regionais, representantes de ONGs nacionais e internacionais, pesquisadores, e outros participantes capazes de fazer contribuições práticas para o desenvolvimento e a implementação do PANE.

Etapa 3: Minutar o PANE

Baseado sobre o resultado do seminário, o texto do PANE pode ser atribuído a uma ou várias pessoas, com prazos previstos para a realização de cada secção. É importante o documento ser escrito de forma atempada.

Etapa 4: Revisão

Um processo para permitir a revisão e os comentários das partes interessadas deve ser dirigido. Por exemplo: Um projeto pode ser distribuído internamente dentro do Departamento do Governo interessado em revisar, comentar e editar. Conseqüentemente, uma redação final pode ser distribuída aos participantes do seminário para o PANE, para revisão, com um prazo claro para comentários (é aconselhado dar ao menos 2 semanas para comentários).

Etapa 5: Aprovação do PANE pelo Governo

O Governo deve aprovar oficialmente o PANE e as secções não-confidenciais devem ser divulgadas às partes interessadas pertinentes incluindo outros departamentos do Governo, o sector privado (particularmente as indústrias extractivas), organismos de investigação, organizações não-governamentais, organizações governamentais internacionais e financiadores.

Etapa 6: Implementar o PANE

As ações do PANE devem ser integradas nos processos de planeamento do trabalho, e as propostas de projectos de PANE submetidas a financiadores para apoio financeiro e técnico. O processo de gestão adaptativa do PANE deve ser adoptado.

4. Estrutura e conteúdos do PANE

Os PANEs podem ter estruturas diferentes conforme a disponibilidade dos planos e estratégias existentes e das necessidades e preferências das autoridades dos Estados da área de distribuição. O formato do PANE é flexível: no entanto, devem existir algumas secções fundamentais para o PANE, incluindo:

1) Revisão do status e análise das ameaças

No mínimo, uma revisão do status deve fornecer informação sobre a distribuição e a abundância dos elefantes num Estado da área de distribuição, com informação sobre as tendências nesses parâmetros. Idealmente, as informações sobre a distribuição, a abundância e a tendência devem ser codificadas conforme a fiabilidade dos dados. Detalhes sobre todas as ameaças aos elefantes e ao seu habitat também devem ser fornecidos, juntamente com informações sobre o conjunto de provas acerca dos dados sobre as ameaças. Além disso, informações sobre a distribuição, a extensão (gravidade), e a frequência dos conflitos entre os seres humanos e os elefantes devem ser incluídas, outra vez com dados sobre o conjunto de provas. Relatórios pormenorizados podem ser fornecidos como anexos.

2) Visão

A visão deve ser uma encapsulação inspiradora da extensão e abundância desejadas para as espécies, o seu papel ecológico, e a sua relação com os seres humanos. A visão para um PANE deve ser deduzida de uma análise do status das espécies – principalmente no Estado da área de distribuição mas também inspirada por preocupações regionais e a nível de toda a área de distribuição – e a partir de um exame pormenorizado das necessidades de conservação das espécies a longo prazo a nível nacional (e regional e de toda a área de distribuição). A visão deve ser tão ambiciosa e inclusiva quanto possível. Para elefantes, uma visão de 100 anos é provavelmente adequada porque 100 anos são aproximadamente apenas o dobro do ciclo de vida de um elefante selvagem, portanto é difícil conceber um prazo mais curto que seja significativo se a visão e os objectivos visam examinar questões de viabilidade das populações e dos habitats.

3) *Metas*

Metas expandem a visão para alvos operacionais e orientados para a ação a longo prazo. Por exemplo, o número desejado de populações a funcionarem ecologicamente para permitir a reprodução para os principais tipos de habitats, ou se restauração (reintrodução) é necessária. Metas têm o mesmo longo prazo e a mesma grande escala espacial que a visão, e são desenvolvidas utilizando os mesmos critérios a respeito do que significa salvar as espécies, que foram acordados ao desenvolver a visão.

4) *Objetivos*

Os objetivos delineam como a visão e as metas de uma estratégia ou de um plano de ação podem se tornar realidade.

A visão e as metas descrevem um cenário futuro que as partes interessadas desejam alcançar para as espécies, e os objetivos identificam as diversas etapas necessárias para realizar esse cenário. Os objetivos devem ser claros e compreensíveis, devem permitir que as ações resultem deles, devem ser realistas, e devem poder ser monitorados para o sucesso. Para o NAPE, os objetivos abordarão tais necessidades como reduzir a caça furtiva, proteger o habitat, criar capacidades, garantir que políticas adequadas sejam estabelecidas e implementadas e aumentar a conscientização do público, e precisarão ser relacionados ao PAEA. For NEAPs, the objectives will address such needs as reducing poaching, protecting habitat, building capacity, ensuring appropriate policies are established and implemented, and raising public awareness, and will need to be related to the AEAP. Portanto, haverá potencialmente entre 6 e 10 objetivos.

5) *Ações + Alvos + Indicadores*

As ações são as atividades que precisam de ser implementadas para realizar os objetivos do PANE e, finalmente, as suas metas e visão. As ações propostas serão provavelmente diversas, incluindo atividades como patrulhas regulares utilizando o sistema SMART para proteger eficazmente os elefantes e os seus habitats, criação de redes de informação no entorno das áreas protegidas, inquéritos para avaliar a distribuição e a abundância dos elefantes, gestão do marfim, e medidas de mitigação dos conflitos entre humanos e elefantes. As ações devem ser altamente específicas: apontando não só o que precisa ser feito, mas também por quem, onde, e dentro de que prazo. Às vezes, pode ser útil atribuir graus de prioridade a ações particulares. Ver Anexo 2 como exemplo de quadro lógico para obter estas informações.

Indicadores (ou métricas) devem ser definidos para cada ação para avaliar o que cada ação pretende alcançar, e para determinar quando a ação foi realizada com sucesso. Os indicadores podem ser “métricas de atividade”, “métricas de resultados” ou “métricas de escopo”. Por exemplo: um indicador de atividade pode ser “o número de patrulhas realizadas por mês nas áreas prioritárias”, um indicador de resultados pode ser “proporção de elefantes abatidos ilegalmente (PEAI) nos locais chave”. Ambas métricas de atividade e métricas de resultados precisam ser incluídas em todos os PANEs.

Os objetivos precisam ser ligados a alvos como também a ações. Alvos são etapas mensuráveis que precisam ser cumpridas para atingir uma meta ou um objetivo. Alvos devem sempre ser SMART (Específico, Mensurável, Alcançável, Realista e Calendarizado).

6) *Monitoramento e avaliação*

Uma gestão adaptativa deve ser parte integrante da abordagem do PANE. Como os fatores relativos à conservação do elefante mudarão com o passar do tempo, um PANE precisa incluir um quadro de monitorização: um processo para monitorar os resultados das ações e dos alvos, um mecanismo para uma revisão e um aperfeiçoamento permanente. Este mecanismo deve incluir uma compilação e uma análise dos dados em curso sobre o status dos elefantes (abundância e distribuição) e sobre as ameaças aos elefantes e ao seu habitat on Estado da área de distribuição. PANEs podem ser publicados formalmente mas também precisarão ser um “documento vivo” eletrônico, sujeito a um aperfeiçoamento contínuo (mas com um controle de versão adequado para que possa ser referenciado devidamente e que o progresso possa ser rastreado). É altamente recomendado adoptar a abordagem da *Conservation Measures Partnership* para desenvolver os métodos da gestão adaptativa.²

7) Anexos – Propostas de projetos

Todos os PANEs devem incluir os anexos, propostas de projetos orçamentadas em pormenor exigidas para implementar o PANE. O número de anexos aumentará com o passar do tempo à medida que novas propostas de projetos são identificadas, e como cada ação do PANE pode ter um ou vários projetos. Estes anexos são a parte mais importante de qualquer PANE e formarão a base das propostas para apoio técnico e financeiro de Stop Ivory e outros membros da EPI. Í

Cada anexo de projeto deve incluir:

- Título
- Objetivo
- Objetivo e Ação que interessam o PANE
- Relação com o PAEA, qualquer PANM, e a EPI
- Resultados esperados
- Ações/Atividades
- Métodos
- Atores
- Cronogramas
- Indicadores
- Plano de monitoramento e avaliação
- Orçamento.

Um descrição detalhada dos Anexos pode ser encontrada nas Orientações e Normas para os Planos de Ação Nacionais para o Elefante completas e no website Stop Ivory (www.stopivory.org)

² <http://cmp-openstandards.org>

Anexo 1: Exemplo de formato para um quadro síntese da Visão, das Metas, dos Objetivos e das Ações

VISÃO A LONGO PRAZO:						
META(S) (10 ANOS):						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS - Resultados a realizar dentro de 10 anos						
OBJETIVO 1	OBJETIVO 2	OBJETIVO 3	OBJETIVO 4	OBJETIVO 5	OBJETIVO 6	OBJETIVO 7
TEMA:						
Objetivo:						
Ações: 1.1 1.2 1.3						

Anexo 2: Exemplo de quadro lógico para Ações e Indicadores

Objetivo:	Alvo/Resultado desejado	Cronograma	Responsabilidade	Indicadores
Objetivo X				
Ação	Alvo/Resultado desejado	Cronograma	Responsabilidade	Indicadores

--	--	--	--	--